



## Como se organizaram as empresas de transporte de valores?

Rogério Alves | Presidente da AES – Associação de Empresas de Segurança

### **Quem não tem dinheiro também tem vírus e quem tem vírus precisa de ter dinheiro.**

Há uma celebrizada expressão, que todos conhecemos e já ouvimos, de acordo com a qual quem não tem dinheiro não tem vícios. Uma afirmação antipática situada algures entre um género arcaico de paternalismo e o desdém sobre quem, tendo pouco, precisaria de ter mais. Mas muito mais antipática do que a expressão tem sido a realidade dos últimos meses. Uma realidade monopolizada pela pandemia. Uma pandemia que nos envolveu, nos assustou, nos tolheu e nos confinou. A onnipresença do vírus serviu réplicas a quase todos os segmentos das nossas vidas. Trata-se de um facto notório, acessível a toda a gente. À Associação das Empresas de Segurança (AES) estes estados a que a coisa chegou, feitos de emergência, de calamidade ou de outros ingredientes legais, também colocaram desafios particulares com contornos inéditos. Um deles refletiu-se, precisamente, na problemática do uso do numerário. Uma questão legitimamente rotulável como sendo de Notas e Moedas, que nesta publicação tem, por todos os motivos, assento tão oportuno. Recordo que a AES representa três das principais empresas de transporte e tratamento de valores que operam em Portugal. Fica feita a declaração de interesses. Esta filiação permitiu edificar uma visão ampla, completa e continuada, da saga que chamaria de sacrifício do numerário em tempo de vírus. Tudo começou por uma espécie de diabolização. Uma diabolização muralhada em equação simplificada: o uso do dinheiro, das tais notas ou moedas, potencia o contágio do mal, por via da disseminação do vírus nas superfícies respetivas. Logo, deverão usar-se os meios alternativos de pagamento, hoje disponibilizados num sortido e numa variedade amplíssima e tida como segura, em contraste, lá está, com a alegada perigosidade do dinheiro. Apareceram os avisos, as recomendações e os alertas. Todos tínhamos de lavar as mãos, mas, alguns, também as esfregavam de contentamento. O exorcismo do numerário, operado numa sociedade assustada ainda a tatear por entre a flutuação informativa, não terá tido vantagens para a saúde pública, mas tê-las-á tido para a saúde financeira de certos sistemas e entidades. Felizmente que, quer a Direção-Geral da Saúde, quer o Banco de Portugal, vieram ajudar a repor a verdade. Após alguns meses de intensa apostasia do dinheiro físico as coisas foram regressando à normalidade. Afinal o numerário faz falta às pessoas e à sociedade. E não é para qualquer frívola satisfação de vícios, mas sim para assegurar a sobrevivência. O dinheiro existe para que se aceda ao essencial da vida: à alimentação, ao vestuário, aos medicamentos e, de uma maneira geral, a tudo aquilo de que precisamos no nosso quotidiano. Existem alternativas ao numerário. Ainda bem que assim é. São muitas e muito atrativas. Vendem-se bem, como sendo sinais de modernidade e de desenvolvimento. Vendo a publicidade associada fica aquele travo de idade da pedra, onde gira o dinheiro físico, versus uma idade moderníssima, onde tudo é virtual e assético quando chega a hora de pagar. Trata-se de um cenário fantasioso. Há lugar para a concorrência. O consumidor ganha com um leque alargado de opções. Porém, hoje por hoje, o uso do numerário continua a ser um modelo seguro, direto, acessível e livre de encargos associados. Por isso é o meio mais utilizado de pagamento também nos chamados países desenvolvidos. No caso da União Europeia mais de 70% dos pagamentos são feitos em numerário. É crucial garantir a sua disponibilização generalizada. A falta de numerário criaria situações terríveis a quem precisa de transacionar para sobreviver. Esta função foi cumprida com eficácia pelas chamadas ETV's. Empresas que acompanharam precocemente a evolução da pandemia, mesmo antes de ela ser oficialmente declarada. Acionaram a tempo e horas os planos de contingência. Evitaram a disrupção nas cadeias de distribuição. Confrontadas com as restrições impostas cumpriram, sem roturas, os seus compromissos com os clientes e com o próprio Banco de Portugal. As formações internas levadas a cabo, exclusivamente focadas na proteção individual e do grupo de trabalho, ajudaram a mitigar o primeiro grande impacto da COVID-19 na sociedade. Em nenhuma altura a distribuição de dinheiro, o seu fluxo na economia e o seu controlo, esteve em risco. Isto apesar de algumas dificuldades colocadas no percurso. Com efeito, algumas entidades com quem interagimos reagiram tarde e sem o benefício da antevisão e do planeamento. Por isso a articulação e a sintonia nem sempre foram perfeitas. Contudo, e no que mais releva, ficou garantido o abastecimento do dinheiro e, para as pessoas, o acesso à utilidade que este proporciona. Pelo caminho quebrou-se o mito ligado à

nocividade do uso do numerário. Um mito com que, durante algum tempo, se quis impor uma quarentena às notas e às moedas. A talhe de foice cumpre recordar que existem 40 milhões de pessoas na UE e 12 milhões nos EUA que estão fora do sistema bancário. São números impressionantes que não podem ser escamoteados. É fundamental a redundância no sistema de pagamentos, dado que o dinheiro será sempre a maneira mais eficiente de manter as sociedades em tempos de crises. As ETV's manter-se-ão preparadas para garantir o seu fluxo 24 horas por dia e 7 dias por semana. Disse uma vez que, não é pelo facto de muita gente poder ter carro próprio, que se deverão suprimir os transportes públicos. Ninguém ousaria propor um tal dislate. O mundo deve viabilizar os diferentes patamares de exigências e especificidades. A coexistência é amiga da concorrência. A evolução não tem de suprimir o que deve sobreviver. O mundo é variado e plural e nele o que conta são as pessoas, as suas necessidades e as suas aspirações. O numerário está ao serviço das pessoas. Por isso manter-se-á na história por muitos anos, sendo, parafraseando Mark Twain, francamente exageradas as notícias sobre a sua morte.

## Avaliação da cobertura da rede de caixas automáticos e balcões de instituições de crédito

O Banco de Portugal tem acompanhado com crescente atenção a tendência de contração da rede dos bancos comerciais no território nacional, dada a sua manifesta relevância e impacto para a sociedade.

Este interesse é partilhado por estruturas ligadas aos órgãos executivos de administração territorial e pela própria sociedade civil, que despertaram recentemente para o tema com manifesta preocupação e urgência.

A contração das redes de acesso ao sistema bancário tem sido também estudada por bancos centrais nacionais do Eurosistema e pelo Banco Central Europeu, que identificou este tema como um dos principais a serem acompanhados nos próximos anos.

Na utilização de notas e moedas, a realidade contradiz a percepção, não só no que respeita ao abandono ou à substituição da utilização de numerário, como da velocidade a que esta ocorre. Este instrumento continua a ser, em termos de número de operações, o mais utilizado em Portugal, na área do euro e no mundo e não há evidência de que o atual paradigma de utilização do numerário se altere num futuro próximo.

Segundo o relatório sobre os custos sociais dos instrumentos de pagamento de retalho em Portugal, publicado pelo Banco de Portugal, estima-se que, em 2017, tenham sido realizados 5,6 mil milhões de operações de pagamento no nosso país. O numerário foi utilizado em cerca de 3,3 mil milhões destas operações, totalizando 60% dos pagamentos efetuados em território nacional pelos vários agentes económicos, uma percentagem que é ampliada para 70% se forem considerados apenas os pagamentos realizados por particulares. Esta utilização representa inclusivamente uma taxa anual de crescimento média de 4%, desde 2015.

As notas e as moedas são o único instrumento utilizado por certos segmentos da população. Apesar de todas as pessoas usarem numerário, este é utilizado predominantemente por indivíduos:

- Inativos;
- Com um rendimento médio mensal entre os 300 e os 449 euros;
- Com mais de 45 anos;
- Residentes em lares de menor dimensão;
- Com menor nível de instrução;
- Nas Regiões Autónomas, no Alentejo e no Norte (vs. a utilização em Lisboa, a região do País que, comparativamente, mais usa os restantes instrumentos de pagamento).

Considerando este perfil de utilização, constata-se que os cidadãos com mais idade, pertencentes a grupos socioeconómicos mais vulneráveis, com menor grau de escolaridade e residentes fora dos grandes centros urbanos estão numa posição particularmente frágil caso mude o atual paradigma de acesso ao numerário.

A circulação de numerário é suportada por um parque tecnológico moderno, complexo e dispendioso, que envolve, a montante, as operações de produção e processamento e, a jusante, uma rede de distribuição e recirculação. O papel fundamental do sistema bancário no ciclo do numerário é desempenhado pela extensão geográfica da